



Questão de Justiça

raizman@freixinho.adv.br

Mudanças nos países árabes

O presente ano começou com fortes mudanças no mundo árabe, primeiro com a crise que acabou com o sistema autoritário da Tunísia de Zine Bem Ali; depois com o levantamento do povo egípcio e a queda do regime autoritário de Hosni Mubarak, e agora com os levantamentos dos povos de Argélia e Líbia.

Nestes países, os conflitos têm em comum que, além de procurar a queda de sistemas políticos autoritários, encontram-se submersos em profundos problemas econômico-sociais. Com efeito, no Egito, embora se tenha iniciado um período de transição em favor da instauração de uma ordem democrática, o governo enfrenta greves em todo o país, com pedido de aumento de salários e melhores condições de trabalho. Na Argélia e na Líbia os reclamos não são só de liberdade, senão também de insumos básicos e trabalho.

Na Argélia as primeiras manifestações começaram no início de janeiro, ante o aumento do preço de alimentos e se intensificaram em fevereiro, quando o foco deixou de ser eminentemente social para objetivar a queda do próprio regime político.

Apesar da resistência inicial do regime de governo, a oposição, conseguiu a baixa do preço dos alimentos, cujo aumento tinha provocado as manifestações de janeiro, e agora o levantamento do estado de emergência (anunciado ontem e publicado no boletim oficial hoje), vigente desde 1992, há quase 20 anos.

O governo argelino continua, porém, o cesso do estado de emergência, importa o começo de uma nova etapa política, que a modo de transição, permitirá reaver parte dos direitos políticos e sociais negados, até agora, através da violência.

O governo Líbia, por enquanto, tem procurado resistir aos reclamos sociais mediante o uso da força. Assim, ante a ameaça da permanência do regime, o ditador Muamar Kadafi, reafirmou

sua vontade de permanecer no poder e afirmou que o uso da força contra a autoridade do estado será punido com a morte, o que em rigor já está ocorrendo.

Por outra parte, como forma de legitimar o governo convocou uma manifestação de apoio para o dia de hoje, quarta-feira.

Qualquer governo precisa para se manter no poder de um consenso mínimo, isto é do reconhecimento dos indivíduos que integram

a sociedade de que essa estrutura pode atuar em seu nome. Isso pode ter sua origem no reconhecimento da sua própria autoridade, sedimentada na ordem instituída, isto é porque está no poder, no reflexo da vontade popular, vale dizer a representação dos interesses de todos, ou mediante o uso da violência.

As mudanças no mundo árabe colocam em evidência que, os governos não conseguem manter a ordem instituída nem pelo reconhecimento simples da autoridade, de ordem cultural ou até religioso, nem pelo exercício da violência.

Com efeito, os reclamos em favor do estabelecimento de estruturas políticas democráticas evidenciam o distanciamento dos líderes regionais das pretensões econômicas, sociais e culturais dos próprios povos. A crise de representatividade tem imposto a mudança de regime, na qual os cidadãos reclamam uma intervenção direta nas decisões referentes aos seus destinos.

Por outra parte, a violência, como forma de manter a ordem, tem viabilidade limitada uma vez que, por sua natureza instrumental, sempre necessita de orientação e sua justificação depende dos fins que persegue. Assim, na medida em que a ordem que se procura defender seja mais nociva que a ordem que se pretenda instaurar, o uso da violência é censurado. Por esse motivo, a forma de governo que se encontra por trás do aparelho punitivo estatal resulta fundamental para justificar ou não o uso da violência.

No caso dos estados árabes as formas autoritárias de estado perderam legitimidade, uma vez que carecem do consenso mínimo que as colocou no poder. Os governos de Tunísia, Egito e Argélia, tem percebido isso e por tal motivo renunciaram ao uso exclusivo da violência para permanecer no poder, abrindo assim o espaço para governos de transição.

A Líbia, em lugar, aposta ainda no poder de convencimento do cano do fuzil, chama ao confronto, sem se dar conta que, na atual conjuntura, por essa via antes de atirar o primeiro projétil terá perdido o que lhe resta de poder.

Observava Hannah Arendt em um antigo trabalho (Da violência) que "num confronto de violência com violência a superioridade do governo sempre foi absoluta; mas esta superioridade só dura enquanto a estrutura de poder do governo estiver intacta, isto é enquanto as ordens foram obedecidas e o exército e a polícia estiveram prontos a usar suas armas; Quando já não é mais este o caso, a situação muda abruptamente. A rebelião não só não é vencida, mas também os próprios armamentos mudam de mãos".

A perda de controle de territórios e fronteiras, bem como a divisão nos componentes das forças de segurança, apresenta o final de uma era, na qual, como mostra do caso, os meios de destruição agora determinam o fim.

A perda de controle de territórios e fronteiras apresenta o final de uma era, na qual, como mostra do caso, os meios de destruição agora determinam o fim